

Destaque

Parlamentares retomam trabalho com longa lista de votações

Na volta do recesso branco esta semana, deputados e senadores têm uma longa lista de votações. A pauta começa a ser definida em várias reuniões de bancadas e líderes previstas para esta terça-feira (6). Entre as matérias que dependem de análise em sessão conjunta do Congresso, os parlamentares já vão encontrar a pauta trancada por dezenas de dispositivos vetados pela presidenta Dilma Rousseff.

Na lista estão temas polêmicos que prometem encher as galerias do plenário, como os vetos ao projeto de lei sobre o Ato Médico (Lei 12.842/13), o veto total ao Projeto de Lei Complementar 200/12, que extinguiu a multa de 10% sobre o saldo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) de trabalhadores em casos de demissão sem justa causa, e o veto à Lei Complementar 143/13, que trata da distribuição dos recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Sem a votação de todos esses vetos, que devem ser apreciados em sessão convocada para o dia 20 de agosto, o Congresso não pode avançar na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que deveria ter sido votada até 17 de julho. Ela serve como base para a elaboração da proposta do Orçamento Geral da União que deve ser enviada pelo Executivo ao Congresso até o dia 30 de agosto. Caso a LDO não seja votada a tempo, a peça orçamentária terá que ser feita com base na do ano passado.

Fora a pauta conjunta, os deputados precisam concluir a votação do projeto de lei que destina recursos dos royalties do petróleo para educação e saúde (PL 323/07). Quatro destaques apresentados ao texto têm urgência constitucional e trancam a pauta. A votação de um marco regulatório para a mineração - PL 5.807/13 - é outra matéria importante que vai exigir muita negociação entre os deputados. A expectativa é que a tramitação em regime de urgência seja derrubada para que uma comissão mista debata o tema antes da votação em plenário, prevista para o final de outubro.

A Câmara também deve votar em agosto a proposta que torna a corrupção crime hediondo. Projeto nesse sentido foi aprovado em julho no Senado (PLS 5.900/13).

Além de propostas como a que cria o passe livre no transporte público para estudantes (PLS 248/2013) e o Plano Nacional de Educação (PLC 103/2012), estão prontas para votação no plenário do Senado as propostas de emenda à Constituição que tornam mais severas as punições disciplinares para magistrados e membros do Ministério Público (PEC 53/2011 e PEC 75/2011).

Na volta dos trabalhos também deve ser incluída na pauta do plenário do Senado a PEC 20/2013 que acaba com o voto secreto em exame de indicação de autoridades, cassação de mandatos e vetos.

Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br>

Comentário

TERCEIRIZAÇÃO DOS CONVÊNIOS NÃO RESOLVE O PROBLEMA DA UNIÃO

Dr. Rui Magalhães Piscitelli

Índice de Comentários/Doutrinas publicados

Notícias

STF

Decisão garante criação de conselhos tutelares em Florianópolis (SC)

Liminar autoriza prosseguimento de obras de presídio em Florínea (SP)

Liminar suspende decisão do CNJ que aposentou juiz de Pernambuco

Liminar suspende multa pessoal a procurador federal por litigância de má-fé

STJ

Decisão explicita jurisprudência do STJ sobre controvérsias em contratos bancários

Ex-prefeito de Pirapora (MG) continua em prisão preventiva

Sócio da Boate Kiss tem pedido de liminar negado no STJ

Tribunal mantém bloqueio de bens do deputado José Geraldo Riva

União deve pagar R\$ 200 mil a policial rodoviário aposentado por acidente em serviço

TSE e TREs

TRE-RS - Tribunal cassa diplomas do prefeito e do vice de Dezesseis de Novembro

TRE-SP - Tribunal cassa diplomas de prefeito e vice de Cerquilha

TRE-SP - Tribunal determina retirada de propaganda antecipada do ministro Padilha

TST e TRTs

TST - Contínuo que exerceu a função de desenhista receberá por desvio de função

TST - Filha de eletricista morto com choque elétrico consegue aumentar indenização

TST - Turma dispensa inquérito para demissão de membro da Cipa

TST - Utilização incorreta de agrotóxicos causa acidentes e doenças graves a trabalhadores

TRFs

TRF1 - A não participação no ENADE por fatos alheios à vontade do aluno não impede a colação de grau

TRF1 - Agente marítimo no exercício de suas atribuições próprias não é considerado responsável tributário

TRF1 - Para ter validade no Brasil diploma estrangeiro precisa ser revalidado por universidade pública brasileira

TRF1 - Tribunal rejeita denúncia por corte irregular de árvores na Serra da Mantiqueira

Tribunais Estaduais

TJAC - Medida Cautelar Inominada da Telexfree é indeferida e processo é extinto sem resolução do mérito

TJCE - 5ª Câmara Cível mantém sentença que condenou consórcio a devolver valores de parcelas

TJCE - Bompreço e Hipercard devem pagar indenização de mais de R\$ 7 mil para aposentado

TJCE - Consumidor que ficou sem energia elétrica por erro de empresa deve receber indenização

TJCE - Família de preso assassinado na Cadeia Pública de Quixeramobim deve receber pensão alimentícia

TJDFT - Acusados de matar por rivalidade de gangues são condenados

TJDFT - Juiz nega pedido de indenização por suposta discriminação racial

TJDFT - Plano de Saúde é condenado a indenizar portadora de obesidade mórbida

TJDFT - Plano de Saúde é condenado por negar tratamento a idoso

TJES - Empresa de limpeza vai pagar danos de acidente no município de Serra

TJGO - Estudante não terá direito a indenização

TJGO - Ex-presidentes da Comurg são condenados por improbidade administrativa

TJGO - Mantida sentença que negou indenização a consumidor inadimplente

TJMA - Acusado de homicídio é absolvido em júri em Cantanhede

TJMG - Prefeitura deve indenizar desapropriados

TJMS - Cliente será indenizada por débito indevido de banco

TJMS - Loja terá que indenizar cliente por não entregar produto

TJMS - Multas após a venda devem ser transferidas ao comprador do veículo

TJMS - Noivos ganham indenização por problemas com presentes

TJPE - Justiça condena ex-deputada estadual por improbidade administrativa

TJRJ - Dado Villa-Lobos e Marcelo Bonfá não podem usar a marca Legião Urbana

TJRJ - Liminar obriga estado e município a darem medicamento a paciente de hospital federal

TJRN - Aumento de pensão alimentícia necessita de provas

TJRN - Bens de construtora são bloqueados em decisão

TJRN - Caso F. Gomes: desembargador nega suspensão e mantém sessão do júri

TJRN - Upanema deve reintegrar servidores, pagar atrasados e indenizar por danos morais

TJRS - Pais são condenados a pagar multa por negligência nos cuidados com o filho

TJSC - Indenização a família de "Papai Noel" que trancou barba em rapel e morreu

TJSC - Mãe cobra despesas de gravidez e nascimento de gêmeos reconhecidos pelo pai

TJSC - Mesmo com oposição de município, empresa poderá operar em área portuária

TJSC - Plano de saúde indenizará idosa em R\$ 66 mil por negar cirurgia de risco

TJSC - Prisão preventiva não evita posterior condenação por crime de desobediência

TJSC - Skatista de 14 anos tem direito de optar entre guarda materna e paterna

TJSC - Supermercado flagrado com 1 tonelada de carne vencida responderá na Justiça

TJSC - TJ mantém preso suspeito de tentativas de homicídio que alegou ser bipolar

TJSE - Decisões do Desembargador Roberto Porto mantêm concurso da Deso

TJSP - Ex-jogador de futebol tem pedido de indenização negado

TJSP - PMs acusados de matar presos no caso Carandiru são condenados a 624 anos de prisão

TJSP - Salão de beleza é condenado a pagar indenização por danos morais

Demais Órgãos

MPF/BA - Ministério Público Federal recomenda que IFBA em Eunápolis ofereça alternativas para alunos adventistas

MPF/ES - Ministério Público Federal quer retirada imediata dos quiosques da orla de Itaparica

MPF/GO - Ministério Público Federal recomenda suspensão do programa Minha Casa, Minha Vida em Itumbiara

MPF/MG - Ministério Público Federal envia recomendação à Polícia sobre tratamento dispensado às comunidades ciganas

MPF/PA - Ministério Público Federal conclui que adoção do Enem como único critério de seleção na UFPA não é ilegal

MPF/RN - Parecer do Ministério Público Federal é acatado e Município de Pendências terá de devolver R\$ 67 milhões

MPF/RO - Ministério Público Federal recomenda que Azul Linhas Aéreas não suspenda vôos no Estado

MPF/RS - Ministério Público Federal quer mais eficiência nas marcações de consultas para usuários do SUS

MPF/RS - Para o Ministério Público Federal, cultivo das terras por indígenas de Ligeiro é exemplo

MPF/SC - Ministério Público Federal se reúne com prefeito de Florianópolis para tratar do antigo Campo de Aviação do Campeche

MPF/SP - Suspensas atividades de empresa por exploração ilegal de argila na região de São Carlos

PGR - Lei do ES sobre comunicação por falta de pagamento de serviços públicos é inconstitucional

PGR - Lei fluminense sobre substituição de sacolas plásticas é constitucional

